



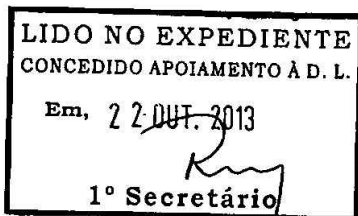
Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Gabinete do Deputado Professor Lemos



INDICAÇÃO Nº 2353/13



Indica ampliação da rede de energia elétrica do Campus Regional da Universidade Estadual de Maringá em Cianorte.

Ao Governador do Estado do Paraná Senhor Carlos Alberto Richa e
Diretor Presidente da COPEL, Senhor Lindolfo Zimmer.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, com fulcro no § 1º do Artigo 127 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, após receber a aprovação do Plenário, Indica ampliação da rede de energia elétrica no Campus Regional da Universidade Estadual de Maringá em Cianorte.

JUSTIFICATIVA:

Trata-se de reivindicação da direção do Campus Regional da UEM, pois a rede de energia instalada no prédio do Campus local já não se faz suficiente, havendo constante queda de fornecimento de energia e, conseqüentemente, dispensa das aulas por este motivo.

É a razão deste.

Sala das Sessões, em 22 de outubro de 2013.

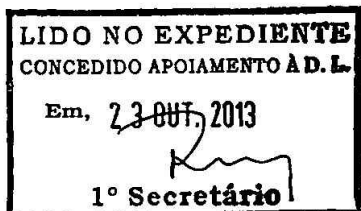

PROFESSOR LEMOS
Deputado Estadual



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
3ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura



INDICAÇÃO Nº 2354/13



Súmula: Sugere a Secretaria da Agricultura e do Abastecimento do Paraná a elaboração de projetos cíveis, para construção de micro, pequenas e médias agroindústrias de Láticos, Embutidos e Bolachas. Com aprovação prévia do Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal (SISBI-POA).

Ao Excelentíssimo Senhor Norberto Anacleto Ortigara, Secretário da Agricultura e do Abastecimento do Estado do Paraná.

O Deputado **Nelson Luersen**, no uso de suas prerrogativas regimentais, **REQUER**, após aprovação do Plenário, seja encaminhado ofício ao Excelentíssimo Norberto Anacleto Ortigara, Secretário da Agricultura e do Abastecimento do Estado do Paraná.

- Sugere a Secretaria da Agricultura e do Abastecimento do Paraná a elaboração de projetos cíveis, para construção de micro, pequenas e médias agroindústrias de Láticos, Embutidos e Bolachas. Com aprovação prévia do Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal (SISB-POA).

As agroindústrias são um segmento constituído por pequenos produtores rurais e urbanos de alimentos de origem vegetal e animal, na produção de embutidos, láticos, bolachas e etc. Esses produtores na sua maioria são micro, pequenos e médios empresários que ofertam produtos de baixa sofisticação tecnológica ligados à cultura local. A transformação desses produtos ocorre de



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
3ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura



forma artesanal e informal em pequenas instalações. Em sua grande maioria trata-se de produtos com processamento simples, com baixo conteúdo tecnológico, mas apresentam um potencial de agregação de valor significativo.

Hoje no Paraná temos várias iniciativas nesse sentido, os produtores veem a possibilidade de agregar maior valor a aquela matéria prima que possuem a sua disposição. Como resultado, temos a produção de produtos de ótima qualidade.

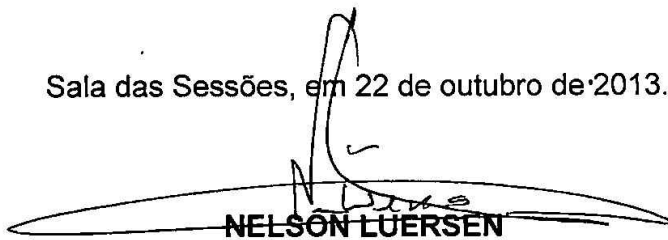
Esses projetos são necessários, pois vem sendo exigido pelas leis sanitárias e ambientais, as quais cobram uma estrutura física apropriada a atividade produtiva, principalmente na manipulação de alimentos. As pequenas cozinhas e despensas domésticas de uso familiar estão se tornando distintas das áreas de produção. Estas unidades produtivas necessitam de um layout apropriado (arranjo físico), bem como, de métodos mais eficientes para conseguir escala de produção.

Os projetos previamente autorizados pelo SISB-POA deverão ser utilizados por vários interessados no estado, assim diminui-se o custo inicial do empreendimento, como também gera maior segurança ao futuro empreendedor. Ocorre que em muitos casos por desconhecimento das normas, ou a dificuldade de um profissional de qualidade na elaboração de um projeto civil, acaba-se por afastando o interessado de fazer o investimento. Ressaltando que em muitos casos o pequeno empreendedor iniciou a obra para industrialização do produto de forma incorreta. Com esse projeto disponível ele terá condições de buscar apoio junto a prefeitura, Estado e instituições financeiras com maior segurança.

Terminada a obra e o técnico da SISB-POA verificando que todas as edificações, instalações e equipamentos propostos no projeto inicial foram executados de acordo, o empreendedor deverá obter o registro definitivo.

Com isso, além de comercializar os produtos poderão ser comercializados em outros estados do País, valorizando os produtos produzidos pelas agroindústrias paranaenses. Assim fica demonstrada a necessidade de projeto civil, em conformidade com as normas do SISB-POA.

Sala das Sessões, em 22 de outubro de 2013.


NELSON LUERSEN
DEPUTADO ESTADUAL



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.
Em, 23 OUT. 2013

1º Secretário

INDICAÇÃO Nº 2355/13

Sugere a liberação de recursos para o município de Quarto Centenário, destinado à instalação da iluminação do Campo de Futebol do Distrito da Jóia.

Ao Governador do Estado do Paraná e
Ao Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano.

Em atendimento ao art. 127 do Regimento Interno desta Casa de Leis, após receber a aprovação do Plenário, sugere-se a Vossa Excelência a liberação de recursos para o município de Quarto Centenário, destinado à instalação da iluminação do Campo de Futebol do Distrito da Jóia.

JUSTIFICATIVA:

Justifica-se em reivindicação oriunda da comunidade do Distrito da Jóia, município de quarto Centenário, encaminhada nesta ocasião pelo Vereador Elizeu de Almeida, na qual se pugna pela viabilização de recursos para a instalação da iluminação no referido Campo de Futebol Suíço desta municipalidade.

Sugere-se à SEDU referida obra que poderá ser viabilizado por meio do PARANÁ CIDADE, pois este tem como missão institucional, fomentar e executar atividades e serviços não exclusivos do Estado, relacionados ao desenvolvimento regional, urbano e institucional dos municípios.

Sala das Sessões, em 23 de outubro de 2013.

MARIA TURECK
Deputada Estadual - PSD



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO A D. L.

Em, 23 OUT 2013

1º Secretário

INDICAÇÃO Nº 2356/13

Sugere a instalação de um Parque Infantil no Centro de Educação Infantil Luiz Fava, do município de Quarto Centenário.

Ao Governador do Estado do Paraná e
Ao Secretário de Estado da Educação.

Em atendimento ao art. 127 do Regimento Interno desta Casa de Leis, após receber a aprovação do Plenário, sugere-se a Vossa Excelência a instalação de um Parque Infantil no Centro de Educação Infantil Luiz Fava, do município de Quarto Centenário, a pedido do Vereador Elizeu de Almeida.

JUSTIFICATIVA:

O vereador Elizeu de Almeida da Câmara Municipal de Quarto Centenário encaminha reivindicação da comunidade escolar do Centro de Educação Infantil Luiz Fava, onde se solicita a viabilização de instalação de um parque infantil no referido estabelecimento de ensino.

Ressaltamos que o brincar na Educação Infantil consiste em atividade fundamental que proporciona o desenvolvimento motor, cognitivo, afetivo, a socialização entre outros aspectos.

Nessa perspectiva, faz-se necessário um espaço planejado, pois na área externa, há que se criar espaços lúdicos que sejam alternativos e permitam que as crianças corram, balancem, subam, desçam e escalem ambientes diferenciados, pendurem-se, escorreguem, rolem, joguem bola, brinquem com água e areia, escondam-se etc.

Nestes espaços acontecem as brincadeiras ao ar livre que são muito importantes na Educação Infantil, uma vez que contribuem para o desenvolvimento das



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



potencialidades das crianças, e constituem-se em espaços ricos de convivência e de exploração do ambiente.

Neste sentido, sugestiona-se ao Governo Estadual o necessário apoio as instituições de Educação Infantil, para que estas possam promover em suas propostas pedagógicas, práticas de educação e cuidados, que possibilitem a integração entre os aspectos físicos, emocionais, afetivos, cognitivo/lingüísticos e sociais da criança.

Sala das Sessões, em 23 de outubro de 2013.

MARLA TURECK
Deputada Estadual - PSD



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO A D. L.

Em, 23 OUT. 2013

1º Secretário

INDICAÇÃO Nº 2357/13

Sugere a instalação da Defensoria Pública
no município de Altamira do Paraná.

Ao Governador do Estado do Paraná e
À Secretária de Estado da Justiça e da Cidadania.

Em atendimento ao art. 127 do Regimento Interno desta Casa de Leis, após receber a aprovação do Plenário, sugere-se a Vossa Excelência a instalação da Defensoria Pública no município de Altamira do Paraná.

JUSTIFICATIVA:

O Estado pode garantir assistência jurídica gratuita a todo cidadão que não apresente condições financeiras de contratar um defensor, ou seja, um advogado. Esse direito previsto na Constituição Federal de 1988 deve ser garantido através da atuação das Defensorias Públicas. De acordo com Constituição Federal de 1988, artigo 134, "A defensoria Pública é essencial à função jurisdicional de Estado, incumbindo-lhe a orientação jurídica e a defesa, em todos os graus, dos necessitados".

No Estado do Paraná o acesso do cidadão à defensoria pública, embora se apresente como um direito constitucional, ainda é bastante restrito, pois a instituição funciona apenas na capital do Estado e com número reduzido de defensores atuando.

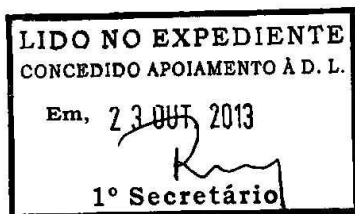
Sala das Sessões, em 22 de outubro de 2013.

MARLA TURECK
Deputada Estadual - PSD



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



INDICAÇÃO Nº 2358/13

Sugere a instalação da Defensoria Pública no município de Araruna.

Ao Governador do Estado do Paraná e
À Secretária de Estado da Justiça e da Cidadania.

Em atendimento ao art. 127 do Regimento Interno desta Casa de Leis, após receber a aprovação do Plenário, sugere-se a Vossa Excelência a instalação da Defensoria Pública no município de Araruna.

JUSTIFICATIVA:

O Estado pode garantir assistência jurídica gratuita a todo cidadão que não apresente condições financeiras de contratar um defensor, ou seja, um advogado. Esse direito previsto na Constituição Federal de 1988 deve ser garantido através da atuação das Defensorias Públicas. De acordo com Constituição Federal de 1988, artigo 134, "A defensoria Pública é essencial à função jurisdicional de Estado, incumbindo-lhe a orientação jurídica e a defesa, em todos os graus, dos necessitados".

No Estado do Paraná o acesso do cidadão à defensoria pública, embora se apresente como um direito constitucional, ainda é bastante restrito, pois a instituição funciona apenas na capital do Estado e com número reduzido de defensores atuando.

Sala das Sessões, em 22 de outubro de 2013.


MARLA TURECK
Deputada Estadual - PSD



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.

Em, 23 OUT. 2013

1º Secretário

INDICAÇÃO Nº 2359/13

Sugere a instalação da Defensoria Pública
no município de Barbosa Ferraz.

Ao Governador do Estado do Paraná e
À Secretária de Estado da Justiça e da Cidadania.

Em atendimento ao art. 127 do Regimento Interno desta Casa de Leis, após
receber a aprovação do Plenário, sugere-se a Vossa Excelência a instalação da
Defensoria Pública no município de Barbosa Ferraz.

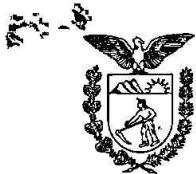
JUSTIFICATIVA:

O Estado pode garantir assistência jurídica gratuita a todo cidadão que não
apresente condições financeiras de contratar um defensor, ou seja, um advogado. Esse
direito previsto na Constituição Federal de 1988 deve ser garantido através da atuação
das Defensorias Públicas. De acordo com Constituição Federal de 1988, artigo 134, "A
defensoria Pública é essencial à função jurisdicional de Estado, incumbindo-lhe a
orientação jurídica e a defesa, em todos os graus, dos necessitados".

No Estado do Paraná o acesso do cidadão à defensoria pública, embora se
apresente como um direito constitucional, ainda é bastante restrito, pois a instituição
funciona apenas na capital do Estado e com número reduzido de defensores atuando.

Sala das Sessões, em 22 de outubro de 2013.

MARLA TURECK
Deputada Estadual - PSD



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.

Em, 23 OUT. 2013

1º Secretário

INDICAÇÃO Nº 2360/13

Sugere a instalação da Defensoria Pública
no município de Boa Esperança.

Ao Governador do Estado do Paraná e
À Secretária de Estado da Justiça e da Cidadania.

Em atendimento ao art. 127 do Regimento Interno desta Casa de Leis, após receber a aprovação do Plenário, sugere-se a Vossa Excelência a instalação da Defensoria Pública no município de Boa Esperança.

JUSTIFICATIVA:

O Estado pode garantir assistência jurídica gratuita a todo cidadão que não apresente condições financeiras de contratar um defensor, ou seja, um advogado. Esse direito previsto na Constituição Federal de 1988 deve ser garantido através da atuação das Defensorias Públicas. De acordo com Constituição Federal de 1988, artigo 134, "A defensoria Pública é essencial à função jurisdicional de Estado, incumbindo-lhe a orientação jurídica e a defesa, em todos os graus, dos necessitados".

No Estado do Paraná o acesso do cidadão à defensoria pública, embora se apresente como um direito constitucional, ainda é bastante restrito, pois a instituição funciona apenas na capital do Estado e com número reduzido de defensores atuando.

Sala das Sessões, em 22 de outubro de 2013.

MARLA TURECK
Deputada Estadual - PSD



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.

Em, 23 OUT 2013

1º Secretário

INDICAÇÃO Nº 2361/13

Sugere a instalação da Defensoria Pública
no município de Campina da Lagoa.

Ao Governador do Estado do Paraná e
À Secretária de Estado da Justiça e da Cidadania.

Em atendimento ao art. 127 do Regimento Interno desta Casa de Leis, após receber a aprovação do Plenário, sugere-se a Vossa Excelência a instalação da Defensoria Pública no município de Campina da Lagoa.

JUSTIFICATIVA:

O Estado pode garantir assistência jurídica gratuita a todo cidadão que não apresente condições financeiras de contratar um defensor, ou seja, um advogado. Esse direito previsto na Constituição Federal de 1988 deve ser garantido através da atuação das Defensorias Públicas. De acordo com Constituição Federal de 1988, artigo 134, "A defensoria Pública é essencial à função jurisdicional de Estado, incumbindo-lhe a orientação jurídica e a defesa, em todos os graus, dos necessitados".

No Estado do Paraná o acesso do cidadão à defensoria pública, embora se apresente como um direito constitucional, ainda é bastante restrito, pois a instituição funciona apenas na capital do Estado e com número reduzido de defensores atuando.

Sala das Sessões, em 22 de outubro de 2013.

MARIA TURECK
Deputada Estadual - PSD



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO A D. L.

Em, 23 OUT. 2013

1º Secretário

INDICAÇÃO Nº 2362/12

Sugere a instalação da Defensoria Pública
no município de Corumbataí do Sul.

Ao Governador do Estado do Paraná e
À Secretária de Estado da Justiça e da Cidadania.

Em atendimento ao art. 127 do Regimento Interno desta Casa de Leis, após receber a aprovação do Plenário, sugere-se a Vossa Excelência a instalação da Defensoria Pública no município de Corumbataí do Sul.

JUSTIFICATIVA:

O Estado pode garantir assistência jurídica gratuita a todo cidadão que não apresente condições financeiras de contratar um defensor, ou seja, um advogado. Esse direito previsto na Constituição Federal de 1988 deve ser garantido através da atuação das Defensorias Públicas. De acordo com Constituição Federal de 1988, artigo 134, "A defensoria Pública é essencial à função jurisdicional de Estado, incumbindo-lhe a orientação jurídica e a defesa, em todos os graus, dos necessitados".

No Estado do Paraná o acesso do cidadão à defensoria pública, embora se apresente como um direito constitucional, ainda é bastante restrito, pois a instituição funciona apenas na capital do Estado e com número reduzido de defensores atuando.

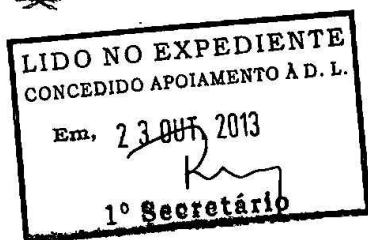
Sala das Sessões, em 22 de outubro de 2013.

MARLA TURECK
Deputada Estadual - PSD



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



INDICAÇÃO Nº 2363/13

Sugere a instalação da Defensoria Pública no município de Engenheiro Beltrão.

Ao Governador do Estado do Paraná e
À Secretária de Estado da Justiça e da Cidadania.

Em atendimento ao art. 127 do Regimento Interno desta Casa de Leis, após receber a aprovação do Plenário, sugere-se a Vossa Excelência a instalação da Defensoria Pública no município de Engenheiro Beltrão.

JUSTIFICATIVA:

O Estado pode garantir assistência jurídica gratuita a todo cidadão que não apresente condições financeiras de contratar um defensor, ou seja, um advogado. Esse direito previsto na Constituição Federal de 1988 deve ser garantido através da atuação das Defensorias Públicas. De acordo com Constituição Federal de 1988, artigo 134, "A defensoria Pública é essencial à função jurisdicional de Estado, incumbindo-lhe a orientação jurídica e a defesa, em todos os graus, dos necessitados".

No Estado do Paraná o acesso do cidadão à defensoria pública, embora se apresente como um direito constitucional, ainda é bastante restrito, pois a instituição funciona apenas na capital do Estado e com número reduzido de defensores atuando.

Sala das Sessões, em 22 de outubro de 2013.


MARLA TURECK
Deputada Estadual - PSD



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.

Em, 23 OUT. 2013

1º Secretário

INDICAÇÃO Nº 2364/13

Sugere a instalação da Defensoria Pública
no município de Farol.

Ao Governador do Estado do Paraná e
À Secretária de Estado da Justiça e da Cidadania.

Em atendimento ao art. 127 do Regimento Interno desta Casa de Leis, após receber a aprovação do Plenário, sugere-se a Vossa Excelência a instalação da Defensoria Pública no município de Farol.

JUSTIFICATIVA:

O Estado pode garantir assistência jurídica gratuita a todo cidadão que não apresente condições financeiras de contratar um defensor, ou seja, um advogado. Esse direito previsto na Constituição Federal de 1988 deve ser garantido através da atuação das Defensorias Públicas. De acordo com Constituição Federal de 1988, artigo 134, "A defensoria Pública é essencial à função jurisdicional de Estado, incumbindo-lhe a orientação jurídica e a defesa, em todos os graus, dos necessitados".

No Estado do Paraná o acesso do cidadão à defensoria pública, embora se apresente como um direito constitucional, ainda é bastante restrito, pois a instituição funciona apenas na capital do Estado e com número reduzido de defensores atuando.

Sala das Sessões, em 22 de outubro de 2013.

MARLA TURECK
Deputada Estadual - PSD



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.

Em, 23 OUT. 2013

1º Secretário

INDICAÇÃO Nº 2365/13

Sugere a instalação da Defensoria Pública
no município de Fênix.

Ao Governador do Estado do Paraná e
À Secretária de Estado da Justiça e da Cidadania.

Em atendimento ao art. 127 do Regimento Interno desta Casa de Leis, após receber a aprovação do Plenário, sugere-se a Vossa Excelência a instalação da Defensoria Pública no município de Fênix.

JUSTIFICATIVA:

O Estado pode garantir assistência jurídica gratuita a todo cidadão que não apresente condições financeiras de contratar um defensor, ou seja, um advogado. Esse direito previsto na Constituição Federal de 1988 deve ser garantido através da atuação das Defensorias Públicas. De acordo com Constituição Federal de 1988, artigo 134, "A defensoria Pública é essencial à função jurisdicional de Estado, incumbindo-lhe a orientação jurídica e a defesa, em todos os graus, dos necessitados".

No Estado do Paraná o acesso do cidadão à defensoria pública, embora se apresente como um direito constitucional, ainda é bastante restrito, pois a instituição funciona apenas na capital do Estado e com número reduzido de defensores atuando.

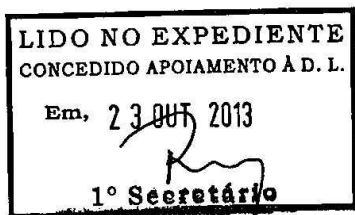
Sala das Sessões, em 22 de outubro de 2013.

MARLA TURECK
Deputada Estadual - PSD



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



INDICAÇÃO Nº 2366/13

Sugere a instalação da Defensoria Pública no município de Iretama.

Ao Governador do Estado do Paraná e
À Secretária de Estado da Justiça e da Cidadania.

Em atendimento ao art. 127 do Regimento Interno desta Casa de Leis, após receber a aprovação do Plenário, sugere-se a Vossa Excelência a instalação da Defensoria Pública no município de Iretama.

JUSTIFICATIVA:

O Estado pode garantir assistência jurídica gratuita a todo cidadão que não apresente condições financeiras de contratar um defensor, ou seja, um advogado. Esse direito previsto na Constituição Federal de 1988 deve ser garantido através da atuação das Defensorias Públicas. De acordo com Constituição Federal de 1988, artigo 134, "A defensoria Pública é essencial á função jurisdicional de Estado, incumbindo-lhe a orientação jurídica e a defesa, em todos os graus, dos necessitados".

No Estado do Paraná o acesso do cidadão à defensoria pública, embora se apresente como um direito constitucional, ainda é bastante restrito, pois a instituição funciona apenas na capital do Estado e com número reduzido de defensores atuando.

Sala das Sessões, em 22 de outubro de 2013.

MARLA TURECK
Deputada Estadual - PSD



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO A D. L.

Em, 23 OUT 2013

1º Secretário

INDICAÇÃO Nº 2367/13

Sugere a instalação da Defensoria Pública
no município de Janiopolis.

Ao Governador do Estado do Paraná e
À Secretária de Estado da Justiça e da Cidadania.

Em atendimento ao art. 127 do Regimento Interno desta Casa de Leis, após
receber a aprovação do Plenário, sugere-se a Vossa Excelência a instalação da
Defensoria Pública no município de Janiopolis.

JUSTIFICATIVA:

O Estado pode garantir assistência jurídica gratuita a todo cidadão que não
apresente condições financeiras de contratar um defensor, ou seja, um advogado. Esse
direito previsto na Constituição Federal de 1988 deve ser garantido através da atuação
das Defensorias Públicas. De acordo com Constituição Federal de 1988, artigo 134, "A
defensoria Pública é essencial á função jurisdicional de Estado, incumbindo-lhe a
orientação jurídica e a defesa, em todos os graus, dos necessitados".

No Estado do Paraná o acesso do cidadão à defensoria pública, embora se
apresente como um direito constitucional, ainda é bastante restrito, pois a instituição
funciona apenas na capital do Estado e com número reduzido de defensores atuando.

Sala das Sessões, em 22 de outubro de 2013.

MARLA PURECK
Deputada Estadual - PSD



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO A D. L.

Em, 23 OUT 2013

1º Secretário

INDICAÇÃO Nº

2368/13

**Sugere a instalação da Defensoria Pública
no município de Juranda.**

Ao Governador do Estado do Paraná e
À Secretária de Estado da Justiça e da Cidadania.

Em atendimento ao art. 127 do Regimento Interno desta Casa de Leis, após receber a aprovação do Plenário, sugere-se a Vossa Excelência a instalação da Defensoria Pública no município de Juranda.

JUSTIFICATIVA:

O Estado pode garantir assistência jurídica gratuita a todo cidadão que não apresente condições financeiras de contratar um defensor, ou seja, um advogado. Esse direito previsto na Constituição Federal de 1988 deve ser garantido através da atuação das Defensorias Públicas. De acordo com Constituição Federal de 1988, artigo 134, "A defensoria Pública é essencial à função jurisdicional de Estado, incumbindo-lhe a orientação jurídica e a defesa, em todos os graus, dos necessitados".

No Estado do Paraná o acesso do cidadão à defensoria pública, embora se apresente como um direito constitucional, ainda é bastante restrito, pois a instituição funciona apenas na capital do Estado e com número reduzido de defensores atuando.

Sala das Sessões, em 22 de outubro de 2013.

MARLA TURECK
Deputada Estadual - PSD



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.

Em, 23 OUT. 2013

1º Secretário

INDICAÇÃO Nº 2669/13

Sugere a instalação da Defensoria Pública
no município de Luiziana.

Ao Governador do Estado do Paraná e
À Secretária de Estado da Justiça e da Cidadania.

Em atendimento ao art. 127 do Regimento Interno desta Casa de Leis, após receber a aprovação do Plenário, sugere-se a Vossa Excelência a instalação da Defensoria Pública no município de Luiziana.

JUSTIFICATIVA:

O Estado pode garantir assistência jurídica gratuita a todo cidadão que não apresente condições financeiras de contratar um defensor, ou seja, um advogado. Esse direito previsto na Constituição Federal de 1988 deve ser garantido através da atuação das Defensorias Públicas. De acordo com Constituição Federal de 1988, artigo 134, "A defensoria Pública é essencial à função jurisdicional de Estado, incumbindo-lhe a orientação jurídica e a defesa, em todos os graus, dos necessitados".

No Estado do Paraná o acesso do cidadão à defensoria pública, embora se apresente como um direito constitucional, ainda é bastante restrito, pois a instituição funciona apenas na capital do Estado e com número reduzido de defensores atuando.

Sala das Sessões, em 22 de outubro de 2013.

MARLA TURECK
Deputada Estadual - PSD